



Um espaço para democratizar decisões

No Brasil, o passivo socioambiental e os problemas de gestão pública não serão resolvidos de forma imediata, mas é preciso estabelecer claramente a intenção e a determinação de resolvê-los. Além disso, o fim dos entraves, sejam políticos ou ambientais, terá mais chance de ser consolidado se for discutido em conjunto com os setores da população, principalmente aqueles que são diretamente atingidos pelos impactos de uma economia de grande escala, como no caso de Barcarena, Pará.

No município, os projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), apoiados pela União Europeia e recursos do TAC (MPE/Imerys), buscam tornar o debate dos desafios locais acessível às comunidades. O objetivo é desprivatizar esse debate, tirá-lo do âmbito exclusivo das empresas e das instituições de Estado, ou mesmo de grupos muito restritos da sociedade civil. A proposta é incentivar o diálogo entre os diferentes setores da sociedade, a partir da existência de um verdadeiro e democrático Espaço Público, assunto desta edição do **a barca notícias**.



Partidas e Chegadas

IEB promove reunião entre sociedade civil e multinacional norueguesa



Legislação Ambiental e Mineração são temas de capacitação



OFICINA ABORDA ESPAÇO PÚBLICO | REDE PRÓ-FÓRUM BARCARENA | AIN EM BARCARENA

a barca notícias

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) | Diretora executiva: Maria José Gontijo | **Gerente escritório Belém:** Manuel Amaral Neto | **Coord. de projetos:** Maura Moraes | **Assistente de projetos:** Katuscia Miranda | **Coord. de comunicação:** Alessandra Arantes | **A Barca Notícias | Redação e edição:** Lucas Filho (DRT 1803) | **Projeto gráfico:** Talento Design e Marketing | **Revisão de texto:** Lucas Berredo | **Fotos:** Acervo IEB

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE SOCIAL DE BARCARENA (TAC - MPE/IMERYS) E PROJETO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE BARCARENA (UE). *Organizações do Comitê de Acompanhamento dos projetos* Ass. Pescadores Artesanais da Vila do Conde, Ass. Moradores, Agricultores e Artesãos da Comunidade Utinga-Açu, Ass. Produtores e Familiares Rurais de Barcarena, Ass. Moradores do Porto da Balsa São Francisco, Ass. Moradores do Bairro Luz Divina, Ass. Moradores da Comunidade Curuperé, Ass. Moradores da Comunidade do Acuí, Ass. de Moradores do Bairro do Guamá (Filial Barcarena), Ass. Moradores da Comunidade Anauerá, Ass. dos Amigos do Bairro Industrial, Ass. das Mulheres do Campo e da Cidade de Barcarena, C.C. de Vila Nova Itupanema, Cooperativa de Pesca da Vila do Conde, Frente Nacional Resistência Urbana, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará, Ass. dos Feirantes de Barcarena.

REALIZAÇÃO



ACOMPANHAMENTO



Ministério Público do Estado do Pará
Promotoria de Justiça de Barcarena
NUMA - Núcleo de Meio Ambiente

APOIO



União Europeia



2 espaço público



Um "local" a ser construído para o diálogo

Em 2007, um vazamento de rejeitos usados na produção de caulim atingiu rios, igarapés e áreas de preservação permanente em Barcarena. O caso ilustra uma das formas de interferência negativa que as empresas têm deixado no município. Embora os instrumentos jurídicos busquem compensar os danos causados, eles não impedem que novos acidentes aconteçam. Deste modo, uma das estratégias adotadas para complementar os esforços judiciais são os projetos de Fortalecimento Institucional, promovidos pelo IEB com a sociedade civil local.

CAPACITAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Mais do que preparar os participantes para lidar com questões imediatas, as ações dos projetos, que ocorrem desde 2009, têm o objetivo de tornar a sociedade civil capaz de fazer valer seus direitos e influenciar as decisões no município. Ou seja, cobrar das empresas uma postura mais ética na relação com as comunidades; pressionar o Estado para garantir melhores condições de vida à população e usar seu poder para exigir das empresas medidas de prevenção de danos e o cumprimento da legislação que regula as atividades de produção.

A busca por soluções, que envolve a sociedade civil, o governo e a iniciativa privada, pode acontecer por meio do diálogo, o qual deve ser feito “em um espaço democrático, aberto, de alta visibilidade, com formas compartilhadas de

“O Estado precisa rejeitar negociações separadas com os diferentes sujeitos e conduzir todos os acordos para o Espaço Público, dando-lhes visibilidade”

Maristela Bernado (Jornalista)



trabalho que permitam a participação tanto representativa (associações, sindicatos, etc.), quanto direta dos cidadãos”, recomenda a jornalista e consultora do IEB, Maristela Bernado, acerca da característica participativa e transparente que deve marcar o chamado Espaço Público (EP).

Se os integrantes do EP (sociedade civil, empresa, governo) possuem disposição de encontrar pontos comuns, “há grandes possibilidades de construir acordos consistentes, que resultem em soluções dos problemas”, complementa o sociólogo e consultor do IEB, Josinaldo Aleixo.

Em Barcarena, a diversidade de desafios vai desde os impactos ambientais, causados pelas indústrias, até a regularização fundiária, de responsabilidade do governo. Independentemente da temática prioritária a ser debatida no EP, é necessário que a sociedade civil esteja capacitada e unida “para ter segurança em suas reivindicações”, comenta Aldalice Otterloo, integrante da coordenação executiva do Fórum da Amazônia Oriental (Faor). Para ela, esses espaços são um canal de diálogo, por meio do qual a empresa “pode ser ouvida e também sensibilizada a respeito da real di-

“O diálogo como forma de luta social tem crescido muito. Porém, é necessário monitorar os desdobramentos dos acordos celebrados no Espaço Público.”

Aldalice Otterloo (Faor e Abong)



menção dos impactos que está causando”, explica.

Apesar dos ganhos que a sociedade civil pode ter em suas causas, por meio do diálogo, ela precisa ficar atenta à tendência “pragmática e imediatista de reduzir o número de pessoas envolvidas [interlocutores] e restringir a circulação de informações, em nome de uma suposta agilidade das decisões, que também é uma estratégia de poder [econômico ou estatal]”, alerta Maristela acerca de um possível desvio no EP.

Outro ponto importante é o acompanhamento dos ganhos construídos no EP. Segundo Aldalice, que também é diretora executiva da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), é necessário monitorar os desdobramentos dos acordos celebrados. Caso contrário, corre-se o risco de que “as propostas tão duramente produzidas pela sociedade civil não sejam retratadas nos orçamentos ou políticas públicas”, ressalta Aldalice.

PAPEL DO ESTADO NO ESPAÇO PÚBLICO

O sucesso dos debates e negociações que acontecem em um EP depende da presença do Estado, que deve exercer efetivamente seu papel de mediador de interesses. Nesse caso, é vital que o comportamento dos agentes do governo (servidores públicos, prefeito, gover-



Antes de ingressar em Espaços democráticos de debate, a sociedade precisa se capacitar para ter melhores condições de dialogar com empresas e Estado.





nador, vereadores, deputados, etc.) seja guiado pela ética e pela confiança nos processos desenvolvidos no EP. Em outros termos, “o Estado precisa rejeitar negociações separadas com os diferentes sujeitos e conduzir todos os acordos para o EP, dando-lhes visibilidade”, comenta Maristela. A posição dela indica a tendência de alguns agentes do poder público preferirem negociar separadamente com as empresas. A justificativa, muitas vezes, é uma falsa ideia que valoriza os resultados econômicos em detrimento dos interesses de comunidades.

“Entendemos o diálogo com outro objetivo que não somente a negociação (...) um espaço de aprendizagem, (...) de abertura onde os atores estão dispostos a novas reflexões”.

Paulo Itacarambi (Instituto Ethos)



“O Estado não pode fazer acordos que, por serem unilaterais, não consideram o conjunto complexo de fatores em jogo, que na maioria das vezes resultam em prejuízos sociais e ambientais dificilmente reversíveis”, lembra Maristela.

A parcialidade governamental e a falta de visão de futuro têm trazido resultados desastrosos em termos sociais e ambientais para as regiões da Amazônia. Em Barcarena, nos anos 80, o governo militar criou, sem consulta pública, as condições para implantação das indústrias no município. Atualmente, com os governos democráticos, espera-se que a atuação do Estado seja outra ao tratar dos rumos do município. Essa mudança passa pelo EP, com transparência nas decisões do poder e envolvimento da

sociedade local em questões de interesse da população.

AS EMPRESAS ESTÃO DISPOSTAS A DIALOGAR?

Mesmo em uma situação em que a sociedade civil esteja preparada e ciente de suas causas de luta e o Estado exerça seu papel de mediador, o EP necessita que o setor privado compartilhe suas intenções com seus grupos de interesse. Na avaliação de Maristela, “é vigorosa a mudança estratégica do setor privado rumo à responsabilidade social e ambiental, principalmente após a realização da Conferência Rio 92, da ONU”.

Essa nova postura empresarial se expressa também pela disponibilidade de dialogar. O coordenador regional do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram Amazônia), André Reis, explica que as empresas querem ser e ter uma boa vizinhança, “algo que somente se constrói em espaços onde todos possam ser ouvidos”, comenta. Para o Instituto Ethos, entidade que tem na sua missão ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, “o diálogo tem o propósito de legitimação e construção da confiança entre as partes envolvidas”, esclarece Paulo Itacarambi, atual vice-presidente executivo da organização, em texto publicado no documento “Diálogo Social Para Ampliar a Cultura Democrática no Brasil”.

Uma postura mais flexível das empresas se justifica pelas possibilidades de ampliação da responsabilidade social. Quando as corporações se propõem ao debate em espaços democráticos, elas têm a possibilidade de ir além de iniciativas pontuais. Seus diálogos não ficam restritos a um pequeno grupo de uma região, por meio de um projeto, mas alcançam outros públicos de interesse,



A livre circulação de informação, com as diferentes opiniões sobre os problemas, é uma das regras para o bom funcionamento do EP.

que não puderam ser contemplados.

Hoje, o contexto no qual vivemos é diferente daquele de 30 anos atrás, quando a atividade industrial em Barcarena se iniciou, ainda no governo militar. Mesmo em um Estado democrático, os Espaços Públicos não estão dados, é preciso construí-los. Para tanto, é necessário a capacitação e o fortalecimento da sociedade civil, para ajudar a estabelecer um nível equilibrado de diálogo e de condução dos debates com atores ligados ao poder econômico e político. Da mesma forma, as instituições do governo devem cumprir seu papel de mediadoras e contribuir de maneira decisiva para que o processo de desenvolvimento atenda a maioria da população. Com diferentes interesses em jogo, os prováveis conflitos no EP estão longe de ser uma dificuldade. O embate deve ser visto como um impulso para a construção de avanços que beneficiem a sociedade como um todo



ALGUMAS AÇÕES DOS PROJETOS DO IEB EM BARCARENA (2009–2011)

Atividades de capacitação com temas variados, dentre eles: Espaços Públicos, Comunicação Popular e Comunitária, Orçamento Público, Elaboração de Projetos e Responsabilidade Social das Empresas.

Estudos: Mapeamento das comunidades localizadas no entorno das áreas de empreendimentos de mineração em Barcarena; Análise das Peças Orçamentárias do município de Barcarena; Responsabilidade Social Empresarial em Barcarena.

Participação no IV Fórum Amazônia Sustentável (FAS): Painel “Condições para o diálogo intersetorial”

Durante o tempo de execução dos projetos, participaram das ações de fortalecimento institucional cerca de 200 lideranças de entidades comunitárias e movimentos sociais de Barcarena.



Partidas

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E MINERAÇÃO SÃO TEMAS DE CAPACITAÇÃO EM BARCARENA

Cerca de 50 representantes da Sociedade Civil de Barcarena participaram nos dias 17 e 18 de junho de uma oficina de capacitação com o tema “Legislação ambiental e dever regulatório do Estado no setor minerador”. O objetivo foi fornecer subsídios para a intervenção da sociedade civil barcarenense junto ao Estado no Espaço Público, visando fazê-lo cumprir seu papel regulatório e, além disso, contribuir em termos de políticas públicas, para a reposição dos impactos sociais e ambientais causados ao município. A atividade teve a contribuição de Marcelo Carneiro (Universidade Federal do Maranhão), Márcio Maués (Promotor de Justiça de Barcarena) e Guilherme Carvalho (FASE).



A oficina sobre legislação ambiental e dever regulatório do Estado teve a participação do promotor de justiça de Barcarena, Márcio Maués (em pé, à esquerda).

IEB PROMOVE REUNIÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E MULTINACIONAL NORUEGUESA

No dia 6 de setembro, dez lideranças de entidades da sociedade civil local e membros do IEB se reuniram com representantes da multinacional Norsk Hydro (NH), empresa norueguesa que comprou a participação acionária da Vale nas principais indústrias do município (Albrás, Alunorte e a Companhia de Alumina do Pará). Embora os impactos socioambientais de quase 30 anos coloque em conflito empresas e alguns segmentos da sociedade local, a iniciativa marcou um momento histórico do processo em curso em Barcarena, pois a reunião mostrou que os representantes de comunidades, associações e movimentos sociais podem encontrar no diálogo uma possibilidade para resolver os problemas causados pelas atividades minero-metalúrgicas na região.

Pela empresa, participaram do encontro



Encontro entre membros da sociedade civil de Barcarena e representantes da empresa Norsk Hydro demonstrou que o diálogo pode ser uma possibilidade para resolver os problemas na região.

Ivar Oellinglath (dir. de sustentabilidade e responsabilidade social da NH), Anne Lene (dir. de relações com a comunidade e responsabilidade social da NH Brasil) e Cesar Vasconcelos (ger. de comunicação e responsabilidade social).

OFICINA ABORDA ESPAÇO PÚBLICO

Nos dias 20, 21 e 22 de outubro, em Barcarena, foi realizada a oficina “Espaços Públicos Socioambientais: limites e possibilidades para a atuação da sociedade civil no diálogo intersetorial”. O evento reuniu cerca de 40 lideranças da sociedade civil local. A oficina forneceu referências teóricas e práticas de Espaço Público, com o objetivo de fundamentar os participantes sobre as condições necessárias para construir Espaços democráticos de debate em Barcarena.

Entre os convidados da oficina estavam o Pe. Francisco Chagas, do Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba; Dudu Bolitos, representando o Fórum Amazônia Sustentável e os consultores do IEB Guilherme Carvalho e Josinaldo Aleixo. Eles falaram de suas experiências em diálogos com empresas e governos na busca por soluções relacionadas a problemas socioambientais. Um dos resultados do encontro foi a formação de uma rede da sociedade civil pró Fórum de



Momento de leitura do material produzido para oficina Espaços Públicos Socioambientais.

Barcarena, que terá o objetivo de contribuir para a construção de um Espaço Público, promovendo o debate de ideias acerca dos rumos do município.


Chegadas

REDE PRÓ-FÓRUM BARCARENA

No mês de novembro, a rede da sociedade civil Pró-Fórum de Barcarena fará um intenso processo de mobilização no município. Serão realizadas reuniões com entidades da sociedade civil e movimentos sociais, com os diferentes segmentos: rurais, urbanos, juventude, mulheres, LGBT, entre outros. O objetivo será sensibilizar as lideranças para a importância da construção de um Espaço Público como forma de publicizar as discussões sobre os rumos do município.

A rede Pró-Fórum de Barcarena foi criada durante a oficina “Espaços Públicos Socioambientais: limites e possibilidades para a atuação da sociedade civil no diálogo intersetorial”.

AIN EM BARCARENA

Em dezembro, está prevista uma nova visita da entidade Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN) aos projetos de Fortalecimento Institucional do IEB, em Barcarena. A organização não-governamental da Noruega tem interesse em acompanhar as ações da empresa Norsk Hydro, atual acionária majoritária do complexo Albrás-Alunorte. Durante a visita, a proposta é que o grupo participe de um evento para discutir a responsabilidade social das empresas na Noruega e no Brasil e também se reúna com membros da sociedade civil local para visitar comunidades diretamente impactadas pela ação das empresas no município 



União Europeia

A União Europeia (EU) é uma parceria econômica e política única entre 27 países europeus que se desenvolveu após a segunda guerra. Durante meio século garantiu a paz, a estabilidade e a prosperidade, ajudou a melhorar os níveis de vida, criou o euro como moeda única europeia e um mercado único sem fronteiras onde as pessoas, as mercadorias, os serviços e os capitais circulam livremente. São os valores da prosperidade, boa governança, democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável que a UE quer promover em todo mundo através da cooperação para o desenvolvimento, comércio, educação, ciência e tecnologia e tecnologia da informação. Procura parcerias com atores não estatais e do governo para desenvolver projetos e atividades em apoio aos objetivos de desenvolvimento do milênio. Para mais informações veja: http://europa.eu/index_pt.htm (UE geral); http://ec.europa.eu/europeaid/index_pt.htm (UE cooperação) e http://ec.europa.eu/europeaid/infopoint/publications/europeaid/documents/188a_mdg_pt.pdf (objetivos de desenvolvimento do milênio).